

## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ

## Estado do Paraná

LEI № 12.000.

Autor: Poder Executivo.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa de 2025 dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento-Programa de 2025 um Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 279.668,00 (duzentos e setenta e nove mil, seiscentos e sessenta e oito reais), para atender à Secretaria Municipal de Saúde, conforme a seguinte classificação orçamentária:

## CRIAÇÃO:

## ÓRGÃO – Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE - Fundo Municipal de Saúde - FMS

08.010.10.302.0012.2.023 - Manutenção dos prestadores de serviços do SUS -Ambulatorial

4.4.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

- 1288 Estruturação das Unidades de Atenção Primária em Saúde Emenda Parlamentar Individual.....R\$ 279.668,00
- Art. 2.º Para a cobertura de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar como recursos os definidos no art. 43, § 1.º, inciso II, da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, referente aos recursos provenientes de excesso de

arrecadação.

**Art. 3.º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar as dotações supramencionadas de acordo com o disposto no art. 6.º da Lei Orçamentária Anual, Lei n. 11.882, de 13 de dezembro de 2024.

- **Art. 4.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Silvio Magalhães Barros, 14 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Alves Ferreira**, **Chefe de Gabinete**, em 14/07/2025, às 16:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na <u>Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001</u> e <u>Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.</u>



Documento assinado eletronicamente por **Silvio Magalhães Barros II**, **Prefeito Municipal**, em 14/07/2025, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na <u>Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2001</u> e <u>Decreto Municipal nº 871, de 7 de julho de 2020.</u>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\_externo.php?">https://sei.maringa.pr.gov.br/sei/controlador\_externo.php?</a> <a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador <a href="mailto:6494856">6494856</a> e o código CRC 6C4E0E3C.

**Referência:** Processo nº 01.02.00104548/2025.64 SEI nº 6494856